

**ANÁLISE DE RISCOS**

<b>Base legal:</b>	Lei nº 14.133/2021, arts. 11, § único, 18 inciso X, e 22.				
<b>Órgão:</b>	SEGEP				
<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa especializada para fornecimento de 02 (duas) licenças do software Power BI Premium por Usuário (PPU) ou equivalente, para uso institucional, destinadas ao atendimento das necessidades administrativas e estratégicas da Secretaria Municipal de Coordenação do Planejamento e Gestão – SEGEP.				
<b>Processo GDOC n.º</b>					
<b>RISCO</b>	<b>PROBABILIDADE</b>	<b>IMPACTO</b>	<b>DANO</b>	<b>AÇÕES PREVENTIVAS</b>	<b>AÇÕES CONTINGENCIAIS</b>
Contratação de licença em modalidade inadequada ou incompatível com a demanda institucional	Baixa	Alto	Limitação de funcionalidades essenciais, comprometendo governança de dados e compartilhamento institucional	Levantamento prévio das necessidades técnicas; validação com área de TI; especificação detalhada no TR	Adequação contratual ou contratação complementar, se necessário
Subdimensionamento da quantidade de licenças contratadas	Média	Médio	Restrição de acesso a usuários estratégicos, prejudicando rotinas de análise	Mapeamento prévio dos usuários com perfil de modelagem e publicação	Ampliação quantitativa mediante termo aditivo, se vantajoso
Descontinuidade do serviço por falha na renovação contratual	Baixa	Alto	Bloqueio de acesso às funcionalidades Premium e perda temporária de governança sobre relatórios	Controle de vigência contratual com antecedência mínima de 90 dias para análise de renovação	Adoção emergencial de medida administrativa para evitar descontinuidade
Irregularidade fiscal da contratada no momento do	Média	Baixo	Suspensão do pagamento e atraso na execução	Consulta prévia ao SICAF antes da contratação e antes	Notificação para regularização no prazo legal

pagamento			financeira do contrato	dos pagamentos	
Uso inadequado da ferramenta por falha de governança interna	Baixa	Médio	Exposição indevida de dados ou relatórios	Definição de perfis de acesso e políticas internas de governança de dados	Revisão imediata de permissões e auditoria de acessos
Entrega equivocada da licença pelo fornecedor, não sendo modalidade destinada ao uso institucional (ex.: licença individual, educacional ou incompatível com ambiente corporativo).	Média	Alto	Impossibilidade de utilização no ambiente institucional; limitação de funcionalidades corporativas; descumprimento do objeto contratado; atraso na implementação dos dashboards estratégicos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Especificação clara no Termo de Referência quanto à modalidade “Power BI Premium por Usuário (PPU) ou equivalente, para uso corporativo/institucional”;</li> <li>- Exigência de detalhamento da proposta comercial indicando tipo exato de licença;</li> <li>- Conferência técnica prévia antes do aceite definitivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recusa do recebimento e notificação formal para substituição imediata da licença;</li> <li>- Aplicação de penalidades contratuais, se cabível;</li> <li>- Suspensão do pagamento até a regularização.</li> </ul>

Belém/PA, 10 de fevereiro de 2026.

**SERVIDOR**

**DILERMANDO DE OLIVEIRA FARIAS NETO**

Matrícula: 434302-031

Assessor USTI/SEGEP